



U ELREI Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem : Que tendo Determinado no Alvará de seis de Maio de mil oitocentos e nove em Declaração do outro de dcz de Maio de mil oitocentos e oito, que os Aggravos ordinarios, e Appellações das Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo se interpozessessem para a Caza da Supplicação de Lisboa pela maior, mais breve, e facil communicação, que com esta Cidade tem os referidos Portos, a fim de que os Meus Fieis Vassallos, habitadores destas partes dos Meus Estados, tenham mais commoda, e prompta decizão de seus pleitos, por serem mais curtas, e frequentes as viagens para Lisboa; e Considerando que os mesmos motivos se verificão nos negocios, cuja expedição pertence aos Meus Tribunaes, fazendo-se muito moroza a sua decizão nos desta Corte pela falta de Embarcações, e pela tardança das informações, e outras diligencias, a que convém proceder primeiro que se decidão a final: Sou Servido, para remediar estes inconvenientes Determinar, que daqui em diante todos os negocios dos habitantes das referidas Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, cuja decizão pertence aos Meus Tribunaes, se decidão nos de Lisboa, ficando porém para se ultimarem nos desta Côrte os que nelles tiverão principio, e estão correndo; entendendo-se nesta conformidade todos os Alvarás, que os crearão, e estabelecerão.

Pelo que: Mando a todos os Tribunaes do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, Ministros de Justiça, e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão, e guardem, não obstante quaesquer Leis, ou Disposições em contrario; e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embar-

go da Ordenação, que outra couza determina. Dado no Palacio do Rio de Janeiro aos cinco de Julho de mil oitocentos e dezeseis.

R E I . . .

Marquez de Aguiar.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade Ha por bem ordenar, que os negocios dos habitantes das Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, cuja expedição pertence aos Tribunaes, se decidão nos da Cidade de Lisboa; ficando porém os que estiverem correndo pertencendo aos desta Côrte, para nelles se terminarem, na fôrma acima exposta.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Alvarenga Pimentel o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro II. de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. 100. Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos e dezeseis.

Manoel Correa Picanço.

Na Impressão Regia.



